

MPF investiga acordo para assessoria à ligação seca

APS destinaria R\$ 72 milhões, sem licitação, para fundação, mas suspendeu o contrato

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito para investigar o contrato firmado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), em fevereiro de 2025, com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), da Universidade de São Paulo (USP). A FDTE foi contratada, sem licitação, por R\$ 72,8 milhões, para prestar assessoria técnica à execução do projeto do túnel imerso Santos-Guarujá. A APS afirma que o contrato foi suspenso e nenhum pagamento chegou a ser executado (leia mais ao lado).

Para A Tribuna, o procurador da República Thiago Nobre explicou que instaurou inquérito após verificar as informações sobre contrato publicadas no site oficial da APS. Segundo ele, o MPF investiga a legalidade da dispensa de licitação, se a contratação direta da FDTE cumpre os requisitos da Lei Federal 13.303/2016, especialmente quanto à justificativa de inviabilidade de competição. O MPF também vai apurar a pertinência do objeto e da escolha da empresa, além do escopo contratado (gerenciamento do projeto do túnel).

PREOCUPAÇÃO

O procurador detalha que a investigação ainda se debreça sobre o valor e a metodologia de precificação, “uma vez que a APS utilizou como referência de custo uma concorrência da Dersa, de 2014, apenas atualizada monetariamente, o que pode não refletir os preços atuais de mercado para assessoria técnica”.

Nobre salientou que “há preocupação com a dupli-



Fundação faria assessoria técnica à execução do projeto do túnel imerso Santos-Guarujá no canal do Porto

cidade de gastos”, visto que o Governo do Estado contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para estruturar o projeto.

APURAÇÃO

Thiago Nobre disse também que o MPF solicitou informações e documentos ao Tribunal de Contas da União (TCU), que “confirmou a existência de processo de representação em curso e enviou cópias de instruções e deci-

sões, às quais já foram juntadas aos autos do inquérito do MPF para subsidiar a investigação”.

O procurador informou ainda que a APS já prestou esclarecimentos defendendo a regularidade da contratação e informou que o contrato está suspenso. “Com base nos documentos disponíveis, o MPF requisitou informações detalhadas sobre a FDTE diretamente à APS, como capacidade técnica e planilhas de custos, e

analisa eventual pedido de informações a outros órgãos ou entidades, nos próximos dias”.

SEM PRAZO

De acordo com o Ministério Público Federal, não há um prazo para o encerramento dos trabalhos. “A execução do contrato segue suspensa administrativamente pela APS enquanto se aguarda o desfecho das análises dos órgãos de controle”, explica o MPF.

APS explica que não houve gasto após suspensão

■ A Autoridade Portuária de Santos (APS) afirmou que o contrato investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) foi suspenso e não houve pagamentos. Em nota, a gestora do Porto informou que a contratação foi feita com “dispensa de licitação, considerando a reconhecida expertise da instituição em obras complexas e de grande porte, acumulada ao longo de mais de 50 anos de atuação”, mas, como o contrato foi suspenso, “não pagou um centavo”.

A estatal esclareceu que “o contrato foi concebido quando a APS não tinha garantias de como fiscalizar a aplicação dos recursos federais na obra do túnel”. Depois que foi firmado um termo aditivo, dando mecanismos de controle e fiscalização, o contrato perdeu finalidade, sendo então suspenso.

“O aditivo, firmado entre o Governo do Estado, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a APS, permite o acompanhamento e fiscalização da obra, tanto na fase de construção quanto na futura etapa de exploração do túnel”.

A APS disse que “recebe com naturalidade a atuação dos órgãos de controle sobre seus contratos e mantém postura de absoluta transparência, colocando-se à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários, reafirmando sua confiança na legalidade, na regularidade e na lisura de seus atos”.

A FDTE é uma fundação de direito privado, independente e sem fins lucrativos, criada pela USP em 1972. Administra e executa estudos, projetos e serviços de consultoria, conectando demandas tecnológicas e de inovação de órgãos públicos, empresas e organizações do terceiro setor a especialistas, dentro e fora da USP.